

Regulamento de Apoio de Incentivo à Natalidade e Adopção do Concelho de Miranda do Corvo

Nota Justificativa

A diminuição da natalidade é um problema premente e preocupante que tem provocado uma forte distorção na sustentabilidade geracional do País e da Europa, constituindo uma preocupação social e política de grande importância.

Os investimentos de promoção da natalidade necessitam de ser efectuados no imediato para que tenham repercussões positivas a médio prazo sob pena da impossibilidade de, no futuro, corrigir esta situação.

A Câmara Municipal tem tido uma intervenção crescente ao nível da Acção Social com o objectivo de fomentar a inserção e coesão social e melhorar as condições de vida assim como a fixação da população no Concelho. Tem-se investido e apoiado projectos e equipamentos que visam facilitar a vida às famílias e aos jovens, nomeadamente: escolas, creches, espaços verdes, equipamentos desportivos, parques lúdicos, parques infantis, entre outros.

Urge, por isso mesmo, adoptar medidas concretas que de uma forma positiva contribuam para salvaguardar o futuro geracional da população do concelho e reforçar a protecção social na área do Município de Miranda do Corvo.

O Município de Miranda do Corvo está fortemente apostado na formação de uma comunidade mais justa e mais solidária e na criação de um território socialmente mais apelativo para viver, residir e trabalhar.

Assim entendeu-se dever criar um incentivo de apoio à natalidade discriminando positivamente as famílias mais numerosas.

Este incentivo será composto por duas componentes de apoio à criança e um outro que consiste na abertura de uma conta crescente jovem destinada à criança.

Para o financiamento deste apoio serão utilizados os fundos Camarários e nomeadamente a parcela do imposto municipal que venha a incidir sobre os lucros das empresas e receitas de IMI.

Assim, atendendo às atribuições dos Municípios e competências dos Órgãos Municipais, no que diz respeito à acção social, previstas na alínea h) do nº 1 do artigo 13º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, e alínea c) do nº 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, esta última com alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal propõe-se submeter o presente Regulamento a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, nos artigos 117º e 118º do Código do Procedimento Administrativo e na alínea a) do nº 6 do artigo 64º, conjugada com a alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

ARTIGO 1.º

Âmbito e objecto

- 1) Pelo presente Regulamento são estabelecidas as normas de atribuição do Apoio e Incentivo à Natalidade e Adopção no Município de Miranda do Corvo.
- 2) O incentivo à natalidade e adopção efectua-se através da atribuição de um subsídio, concretizado em duas modalidades de apoio sempre que ocorra o nascimento ou adopção plena de uma criança.

ARTIGO 2.º

Aplicação e beneficiários

- 1) O presente regulamento aplica-se às crianças nascidas ou adoptadas a partir do dia 1 de Janeiro de 2010, no Concelho de Miranda do Corvo, podendo ser prorrogável por períodos de dois anos, desde que deliberado em reunião de Câmara mediante avaliação dos efeitos das medidas adoptadas.
- 2) São beneficiários os indivíduos isolados ou inseridos em agregados familiares, residentes e recenseados no Município de Miranda do Corvo e desde que preencham os requisitos constantes no artigo 3º do presente regulamento.
- 3) Podem requerer o incentivo à natalidade em nome da criança:
 - a) O/as progenitores ou os adoptantes, em conjunto, caso sejam casados ou vivam em união de facto, nos termos da lei;
 - b) O/as progenitores ou adoptantes que vivendo sós tenham ou obtenham a guarda de facto da criança.

ARTIGO 3.º

Condições gerais de atribuição

- 1) Para atribuição do Apoio e Incentivo à Natalidade e Adopção no Município de Miranda do Corvo têm que se mostrar cumulativamente preenchidas as seguintes condições:
 - a) Que a criança se encontre registada como natural do concelho de Miranda do Corvo;
 - b) Que o requerente ou requerentes do direito ao incentivo residam no Concelho de Miranda do Corvo, no mínimo, há um ano, contados na data do nascimento ou adopção da criança e estejam recenseados no concelho;
 - c) Caso o requerente ou requerentes não tenham idade para o recenseamento, devem fazê-lo logo que reúnam as condições para o efeito, sob pena de devolver à Câmara Municipal de Miranda do Corvo o valor do incentivo, devendo no entanto fazer prova da sua residência no Concelho, pelo menos há um ano.

ARTIGO 4.º

Modalidades do Apoio de Incentivo à Natalidade

O Apoio de Incentivo à Natalidade assume duas componentes:

- a) Abertura de uma Conta Crescente Jovem de Incentivo à Natalidade e Adopção do Município de Miranda do Corvo.
- b) Um subsídio pecuniário, de prestação única, sempre que ocorra um nascimento ou adopção plena de uma criança no Município de Miranda do Corvo.

ARTIGO 5.º

Conta Crescente Jovem

- 1) Deferido o pedido de atribuição do Apoio de Incentivo à Natalidade e Adopção, o Município de Miranda do Corvo procederá à abertura de conta no montante de 100€ (cem euros) com um prazo de um ano renovável e com reforço anual no

montante de 100€/ano na mesma data da constituição, em conta (Conta Crescente Jovem) aberta na Instituição Bancária seleccionada para o efeito.

- a) A criança /jovem terá direito a esta prestação anual até aos 18 anos e desde que comprove anualmente ser residente no Concelho.
- b) A titularidade da conta é do Município de Miranda do Corvo,
- c) Do nome da conta constará: Município de Miranda do Corvo+Incentivo à Natalidade+Nome da criança,
- d) A movimentação da conta será efectuada exclusivamente pelo Município de Miranda do Corvo. Quando a criança atingir os 18 anos a autarquia passará a gestão da conta bem como o valor pecuniário em saldo para esta, desde que reunidos os pressupostos referidos em a),

ARTIGO 6.º

Subsídio Pecuniário de Prestação Única

1) Será atribuído um subsídio pecuniário, de prestação única, sempre que ocorra um nascimento ou adopção plena de uma criança no Município de Miranda do Corvo no valor de 200 € para o primeiro e segundo filho, 300€ para o terceiro filho, 500 para o quarto filho e 750€ para o quinto filho e seguintes.

- a) Este apoio pecuniário destinar-se a fazer face às primeiras despesas com a criança e é concedido mediante a apresentação de comprovativos de compras de produtos ou bens nos estabelecimentos comerciais do Concelho destinados ao recém-nascido, efectuadas até três meses anteriores ao nascimento da criança e até um ano após o nascimento da criança no valor correspondente ao subsídio atribuído.

ARTIGO 7.º

Instrução da Candidatura

1) A candidatura ao incentivo à natalidade e adopção será instruída com os seguintes documentos, a entregar na Câmara Municipal de Miranda do Corvo:

- a) Requerimento para o efeito, devidamente preenchido;
- b) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão do Cidadão do requerente ou requerentes e restantes elementos do agregado familiar;

- c) Fotocópia do N.º Contribuinte do requerente ou requerentes;
 - d) Certidão/Atestado da Junta de Freguesia que certifique a residência no Concelho de Miranda do Corvo no mínimo há um ano e o respectivo recenseamento no Concelho e composição do agregado familiar;
 - e) Comprovativo de residência sob forma de recibos de renda de casa, água, electricidade, ou outros em nome de um dos requerentes, progenitores ou adoptantes,
 - f) Cópia da certidão de nascimento ou documento comprovativo do registo da criança;
 - g) No caso da adopção plena, documento legal comprovativo.
 - h) Facturas de compras de produtos ou bens destinados ao recém-nascido, de montantes referidos no n.º 1 do artigo 6.º realizadas no comércio local.
- 2) As facturas mencionadas na alínea h) do número anterior podem respeitar a compras efectuadas entre três meses anteriores ao nascimento da criança e até um ano após o nascimento da criança;
 - 3) Nos casos referentes ao incentivo inscrito no artigo 5.º, os progenitores ou adoptantes devem apresentar anualmente, durante o mês de Janeiro, comprovativo de residência da criança e respectivo agregado familiar emitido pela Junta de Freguesia da área de residência.
 - 4) Nos casos referentes ao incentivo inscrito no artigo 5.º os progenitores ou adoptantes devem apresentar anualmente comprovativo de residência sob forma de recibos de renda de casa, água, electricidade, ou outros em nome de um dos requerentes,
 - 5) Os documentos referidos na alínea e) do n.º 1 e n.º 4 do presente artigo relativo ao comprovativo de residência sob forma de recibos de renda de casa, água, electricidade, ou outros, podem estar em nome dos pais dos progenitores ou adoptantes, desde que vivam em casa destes e não possuam habitação própria ou arrendada.

ARTIGO 8.º

Prazos de Candidatura

- 1) A candidatura deve ocorrer no prazo de um ano após o nascimento ou adopção da criança.
- 2) No caso de adopção, conta a data da sentença final da adopção.

ARTIGO 9.º
Análise das candidaturas

- 1) O processo de candidatura será analisado pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Miranda do Corvo.
- 2) Todos os candidatos serão informados, por escrito, da atribuição ou não dos apoios requeridos.

ARTIGO 10.º
Decisão e Prazo de Reclamações

- 1) Todos os candidatos serão informados, por escrito, da atribuição ou não do incentivo, no prazo de um mês após apresentação da candidatura.
- 2) Caso a proposta de decisão seja de indeferimento, o requerente ou requerentes podem reclamar no prazo de dez dias úteis, após recepção do ofício de decisão.
- 3) As reclamações deverão ser dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo.
- 4) A reavaliação do processo e resultado da reclamação será posteriormente comunicado ao requerente dentro de dez dias úteis

Disposições Finais

ARTIGO 11.º
Fiscalização

- 1) A Câmara Municipal pode, em qualquer altura, requerer ou diligenciar pela obtenção, por qualquer meio, de prova idónea, comprovativa da veracidade das declarações apresentadas pelos requerentes.
- 2) A comprovada prestação de falsas declarações implica, para além do respectivo procedimento criminal, a devolução até ao dobro dos montantes efectivamente recebidos.

ARTIGO 12.º

Actualização dos incentivos

Os valores indicados e os apoios descritos serão actualizados por deliberação da Câmara Municipal.

ARTIGO 13.º

Omissões do regulamento

Os casos omissos serão resolvidos mediante deliberação da Câmara Municipal.

ARTIGO 14.º

Entrada em vigor

O presente regulamento deverá ser aprovado em Assembleia Municipal de Miranda do Corvo e entrará em vigor após a devida publicitação feita por Editais, nos termos do n.º1 do art. 91.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

(

(